

**Os retratos das mulheres no Brasil oitocentista  
a partir da obra: *Direitos das Mulheres e Injustiça  
dos Homens de 1833*, de Nísia Floresta**

**The representations of women in 19<sup>th</sup> century Brazil  
based on the book: *Women's Rights and Men's Injustice  
of 1833* by Nísia Floresta**



MELLO, Nicoli F. de\*

 <https://orcid.org/0000-0001-7303-6539>

**RESUMO:** Este artigo analisa os retratos das mulheres no Brasil oitocentista, por meio da obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, escrita por Nísia Floresta e publicada no ano de 1833, em Porto Alegre. Para tanto, a metodologia empregada foi a análise do discurso, pautada na vertente de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entendendo o discurso de Nísia a partir da historicidade e da ideologia construída em seu texto. Ao relacionar o prejuízo (termo que se referia ao preconceito no período), o costume (termo que significava cultura), a autoridade dos homens sobre as mulheres, as diferenças entre ambos os sexos, as *mulheres virtuosas* de Deus e as mulheres educadoras e cientistas, buscou-se entender os retratos das mulheres presentes na obra, relacionando-os com o contexto histórico, social e político do século XIX, considerando a multiplicidade quando se estuda a História das Mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nísia Floresta; Mulheres; Brasil Imperial.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the representations of women in 19th century Brazil, through the work *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* by Nísia Floresta and published in 1833 in Porto Alegre. The methodology used was discourse analysis based on Michel Pêcheux and Eni Orlandi, understanding Nísia's discourse from the historicity and ideology constructed in her text. By relating detriment a term that referred to prejudice in the period), custom (a term that meant culture), the authority of men over women, the differences between both sexes, virtuous women of God and women educators and scientists we aim to understand the portraits of women present in the work, relating them to the historical, social and political context of the 19th century considering the multiplicity when studying the History of Women.

**KEYWORDS:** Nísia Floresta; Women; Imperial Brazil.

*Recebido em: 10/02/2023  
Aprovado em: 26/04/2023*

---

\* Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba-PR. Graduada no curso de Licenciatura em História (PUC-PR). Professora da Rede Pública do Estado do Paraná. Bolsista da PUC-PR por ter recebido o prêmio de Mérito acadêmico do curso de História na mesma Universidade. Email: nicoli.mello@pucpr.edu.br/ nicoli.mello1998@gmail.com.



## Introdução

A discussão sobre a História das mulheres vem ganhando visibilidade nos últimos anos. Por meio dos Estudos Culturais, houve uma expansão no campo historiográfico com base na História vista de “baixo”, ao renovar as correntes e os campos de pesquisa, multiplicando o universo temático, os objetos e as novas fontes, como a história das mulheres (BURKE, 1991, p. 12).

Johan Scott (1995), Rachel Soihet (1997) e Margareth Rago (1995) complementaram e aprofundaram as análises a respeito da História das Mulheres. Voltaram-se à quebra de padrões de uma História única das mulheres e das fundamentações que envolvem o gênero; por isso, seus escritos evidenciam a multiplicidade e as especificidades desse campo de estudo que deve ser levada em conta quando analisamos as mulheres na História.

Ainda que pensemos na História das Mulheres associada ao Movimento Feminista (após a segunda metade do século XIX), antes disso, conjuntos de obras, ideias e personagens históricas se fizeram presentes, defendendo posições mais igualitárias entre homens e mulheres, chamado de Protofeminismo. Ele inclui debates dos Direitos das mulheres antes da primeira onda feminista, impulsionada na segunda metade do século XIX (ALÔS; ANDRETA, 2017, p. 15). Nesse meio, Nísia Floresta redigiu seu livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, em 1833, a fim de criticar a condição social, educacional e política das mulheres.

Na primeira metade do século XIX, o Império brasileiro atravessava diversas agitações políticas, sociais e culturais. O Império vivia uma nova Independência no ano de 1831, em meio a uma série de pequenos conflitos que se acumulavam desde o ano anterior. A onda revolucionária Iluminista da Europa despertou os liberais brasileiros contra o caráter monárquico, uma vez que foi importante para a abdicação de Dom Pedro I e as resultantes Regências que se seguiram (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 202). Porém, os ideais revolucionários europeus não se restringiram somente aos poderes políticos do Império, eles se espalharam por praticamente todas as Províncias e, principalmente, para a classe letrada Imperial.

Nísia, por sua vez, enquadrava-se nesse grupo e escreveu seu livro a fim de contestar a condição social e política das mulheres, em meio a um Império largamente rural. O pilar societário era o casal hierarquizado, diferenciando os sexos. De um lado, o homem e *senhor*, e do outro, a mulher que se restringia ao espaço privado. Um dos principais papéis das mulheres de elite e casadas eram as leituras dos livros de reza, pautados numa ignorância feminina, perpetuada e incentivada pelos homens da casa

(PRIORE, 2016, p. 285). Ao ter recebido ensinamentos educacionais, decorrentes de uma condição econômica “possivelmente” razoável, entrou em contato com ideais Iluministas, criando também uma rede de sociabilidades letrada. Assim, a autora buscou criticar as posições definidas entre homens e mulheres em sua obra (DUARTE, 2016, p 14).

Para a análise da fonte histórica, utilizamos a metodologia da análise do discurso, com base nos estudos de Eni Orlandi, considerando, dentre outros elementos, a ideologia no campo do discurso de Nísia, quer dizer, um conjunto de representações, visão de mundo ou como ocultação da realidade que aparece como efeito de relação necessária do sujeito com a língua e com a História para haver sentido. É necessário compreender que o resultado é o mais próximo possível do que ocorreu, e não uma verdade absoluta.

De que forma as mulheres no Brasil oitocentista são retratadas no livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1833) de Nísia Floresta? Para responder a essa problemática, o objetivo geral consistiu em analisar as mulheres retratadas por Nísia durante o período imperial brasileiro, tendo como objetivos específicos: identificar as diferenças sociais e políticas entre homens e mulheres na obra, identificar as diferenças educacionais entre homens e mulheres e caracterizar a crítica realizada por Nísia em seu escrito.

Sobre a fundamentação teórica deste artigo, destacam-se: Scott (1995), Soihet (1997) e Rago (1995) ao conceituar gênero e realizar um aparato da História das Mulheres; Hörner (2013), Carvalho (2002), Schwarcz; Starling (2015) e Priore (2016) para fundamentar o contexto histórico, social e político do Brasil Imperial. Duarte (2016) que fundamenta os estudos sobre Nísia Floresta. Konkel (2005), Costa (2007) e Cunha (2013) para fundamentar a pesquisa sobre a mulher no Brasil Imperial, além de Pêcheux (1983) e Orlandi (2001), para a metodologia da fonte.

Dessa maneira, o artigo inicia a discussão a respeito da escrita da História das Mulheres e os conceitos de gênero, seguindo-se à discussão acerca da Protofeminista Nísia Floresta e os retratos das mulheres expressos no livro de Nísia Floresta.

### **A escrita da História das Mulheres e o Gênero: breves apontamentos**

Burke (1991) destaca que o movimento da História Cultural, por meio da *Nova História*, ressignificou diversos modelos tradicionais no campo Historiográfico. Associado à Escola dos *Annales*<sup>1</sup>, o movimento lutava contra o paradigma tradicional da História, a qual correspondia, principalmente, à História política, ao desenrolar dos fatos

---

<sup>1</sup> A Escola dos *Annales*, com origem na França e constituída de diversas fases, enfatizava alguns aspectos relativos ao estudo da História, dentre eles, a interdisciplinaridade, a problematização da História e as novas proposições de conceber o tempo (BARROS, 2010, p. 2).

e à objetividade histórica. Com isso, a História Cultural, dentre vários grupos, pressupõe a história das mulheres como sujeitos históricos ativos e construtivos.

Dentre várias estudiosas que se debruçaram sobre os debates da História das mulheres e a questão do gênero, Scott (1995), Soihet (1997) e Rago (1995) buscaram estabelecer conexões entre suas abordagens. Não se restringiram ao estudo da História das mulheres no sentido biológico de masculino e feminino (cisgênero)<sup>2</sup>, e aos questionamentos que tratam do conceito de gênero, levando a desconstruir certos padrões a respeito da área. Scott (1995) destaca que o gênero, além de rejeitar as diferenças e designações somente biológicas, passou a significar mulheres e as relações sociais que elas estabelecem com os homens. Ou seja, o gênero sugere informações sobre os homens, de modo que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens e, conseqüentemente, as relações sociais que foram estabelecidas entre eles como sujeitos históricos ativos e construtivos. Considera-se que “o gênero oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a cada um dos sexos” (SCOTT, 1995, p. 75).

Quando se estuda a história das mulheres, não se deve falar em uma história única da mulher, mas na história das mulheres com as suas especificidades e múltiplas identidades (SOIHET, 1997, p. 403). Na década de 1980, a história das mulheres dissociou-se aos poucos do cunho político e adotou um cunho mais social, com destaque ao sufrágio feminino. Concomitantemente ao impulso dessa linha de estudos, as reflexões sobre o termo “gênero” também se intensificaram (SOIHET, 1997, p. 403). O termo, que passou a significar uma rejeição ao determinismo biológico como *sexo* ou *diferença sexual*, desferindo-se o caráter fixo e permanente da oposição binária – masculino *versus* feminino-, passou a ser entendido como o indício das construções sociais.

Entretanto, quando se trata dos questionamentos sobre o gênero no Brasil, cabe evidenciar o quão recentes eles são. As designações propostas por Scott (1995) e Soihet (1997) só foram estudadas e aprofundadas durante as décadas de 1980 e 1990. Assim, Rago (1995) destaca que a conceituação de gênero também só se aplica após a década de 70, de modo que essas concepções eram praticamente inexistentes no contexto da elaboração do livro de Nísia Floresta. Por causa disso, é preciso entender que Nísia não apresenta o termo *gênero* em seu livro ao se referir às mulheres, mas utiliza o termo *sexo*, uma designação que buscava explicitar o sexo feminino que para ela, era sinônimo de *mulheres*.

---

<sup>2</sup> Refere-se à consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero (Alves, 2017, p. 01).

## Quem foi a Protofeminista Nísia Floresta?

Quando consideramos a História do Feminismo é recorrente que se debata acerca das denominadas *Ondas Feministas* e suas características. A primeira onda, ocorrida na segunda metade do século XIX, possuía como reivindicação principal o voto, enquanto a segunda, impulsionada no pós-guerra, trazia reflexões voltadas à condição das mulheres nos âmbitos doméstico e social, levantando também questões referentes ao gênero. A terceira, por sua vez, ganhou impulso a partir da década de 1990, e é marcada pelo enriquecimento de questionamentos sobre o próprio movimento. Com isso, é iniciado um processo de “desconstrução” universal da mulher (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 9).

Como se percebe, Nísia não se enquadrava diretamente nessas ondas feministas. Por isso, a consideramos Protofeminista, já que ideia de um movimento feminista era praticamente inexistente durante o contexto histórico da publicação de seu livro. Porém, não significa que mulheres não reivindicavam os seus direitos ou que não criticavam a sociedade em que viviam. A fim de não cairmos em anacronismo<sup>3</sup>, consideramos que é produtivo reservar o termo *primeira onda* para o Feminismo que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, e usar a denominação protofeminismo para designar o pensamento anterior a esse período. Assim, o Protofeminismo abarca um conjunto de obras, ideias e personagens históricas que “[...] foram resgatadas pelo Feminismo como percursos, mas que não chegaram a formar um corpo sistemático de textos ou um modelo teórico e coerente de pensamento [...]” (ALÓS; ANDRETA, 2017, p. 17).

Nesse bojo entra Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida na cidade de Papari<sup>4</sup>, Província do Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810 (DUARTE, 2016, p. 153).

Nísia foi autora de importantes títulos sobre a mulher, além de professora e fundadora de colégios para meninas durante o período imperial brasileiro. Para Duarte (2016), Nísia era uma mulher letrada criada numa família com ideais e valores portugueses.

Ela casou-se cedo, aos 13 anos, com Manuel Alexandre Seabra de Melo; separou-se um ano depois, porque tinham personalidades muito diferentes e voltou a morar com seus pais (DUARTE, 2016, p. 154). Nesse mesmo ano, em 1824, mudou-se para

---

<sup>3</sup>Anacronismo na pesquisa Histórica consiste em empregar a utilização estranha ou inadequada de algo, como uma palavra, importando de um tempo para outro tempo. O anacronismo pode ocorrer de duas maneiras: quando lemos uma palavra de outro contexto e aplicamos o significado de nosso próprio contexto à ela, ou ainda, quando, na tentativa de analisarmos um texto ou processo histórico do passado, utilizamos uma palavra de hoje tal qual era inexistente naquele contexto (BARROS, 2017, p. 157).

<sup>4</sup> Nome da cidade durante o século XIX. Atualmente, a cidade possui como nome “Nísia Floresta” em homenagem à autora.

Pernambuco, na cidade de Goiana. Depois, sua família mudou-se para Olinda e Recife, onde deu continuidade aos seus estudos (DUARTE, 2016, p. 154).

Após a morte de seu pai, em 17 de agosto de 1828, Nísia casou-se com o advogado Manuel Augusto de Faria Rocha. Dois anos depois, teve sua primeira filha, em 1830. No ano seguinte, em 1831,

Nísia iniciou sua estreia no mundo das letras por meio do jornal *Espelho das Brasileiras*, um jornal dedicado às senhoras pernambucanas, do tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin. Durante trinta edições (de fevereiro a abril), Nísia colabora com artigos que tratam da condição feminina em diversas culturas [...] (DUARTE, 2016, p. 153).

A revista citada foi a segunda revista feminina lançada no Brasil. Fundada por Adolphe Emille de Bois Garin, circulou entre fevereiro e maio de 1831, constituindo-se de textos anônimos escritos por mulheres que comparavam a visão do ser feminino em Pernambuco do século XIX, com *o ser* mulher na Antiguidade. Com pouco tempo de circulação, o periódico teve apenas 30 edições (COSTA, 2014, p. 8).

A entrada de Nísia nesse meio representava um grande avanço naquele contexto, para uma mulher de apenas 21 anos. Isso porque, a participação das mulheres em periódicos, jornais e revistas foi fundamental para a conquista no mundo literário. Várias escritoras se envolveram, de início, no âmbito da do jornalismo e das revistas, antes de partir para os livros, como ocorreu com Nísia. A publicação de seu livro aconteceu apenas um ano depois, em 1832.

Contudo, por ser filha de pai português, Nísia enfrentou certas peculiaridades na região onde morava, segundo Duarte (2016). A Confederação do Equador (1824), ocorrida na Província natal da autora, era contrária à Monarquia, um movimento antilusitano que pretendia a formação de uma República baseada - de início - na Constituição da Colômbia. Ela era a “Carta mais próxima dos princípios do republicanismo norte-americano. A Confederação do Equador tinha raízes profundas que remontavam ao século XVIII [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 196). As contestações do período regencial incluíam reações intensas, as novas bandeiras em nome do Federalismo<sup>5</sup> e da República.

Foi em Pernambuco que Nísia publicou a primeira edição do seu livro: *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, em 1832. Porém, as agitações na região, além da morte de seu esposo, em 1833, a fizeram mudar-se para Porto Alegre onde fez a reimpressão de

---

<sup>5</sup> O Federalismo foi uma corrente política que objetivava a conservação da autonomia das Províncias. Tal corrente agitou e sacudiu o Brasil durante o século XIX, ocasionando, dentre outras coisas, uma imensa instabilidade política no Brasil Imperial (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 211).

seu livro, nesse mesmo ano. (DUARTE, 2016, p. 154).<sup>6</sup> Com a Revolução Farroupilha, “o clima na capital gaúcha ficou tenso e difícil para uma mulher, chefe de uma família composta por crianças e outras mulheres. Nísia Floresta transfere-se para o Rio de Janeiro, em 1837” (DUARTE, 2016, p. 154). Na capital do Império, a autora funda, para meninas, o Colégio Augusto, em 1838, com nome em homenagem ao seu falecido esposo. Não demorou para que várias críticas anônimas ao Colégio fossem feitas no *Jornal do Comércio* (RJ); elas afirmavam que seus ensinamentos eram muito avançados para as garotas. Nísia viu-se no dever de se pronunciar e, no mesmo ano, encerrou as aulas no Colégio que fundou.

Assim, percebemos que Nísia residiu em vários estados brasileiros (Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em meio às agitações políticas do período, além de outros países (Portugal, Inglaterra, Alemanha, Grécia, Itália e França) para estudar e se aprimorar na área em que ela mais considerava importante, que era a Educação.

Mesmo com críticas e enfrentamentos continuou escrevendo e publicando outras obras, como: *Conselhos à Minha Filha* (1845), *Fany ou o modelo das Donzelas* (1847), *A Lágrima de um Caeté* (1849), *Dedicação de uma Amiga* (1850), *Opúsculo Humanitário* (1853) e o *Brasil Ilustrado* (1855). Durante os anos 1860 a 1880, a autora realizou várias viagens ao Continente Europeu, deparando-se com ideais “revolucionários”, que “restaram” do Iluminismo francês. Ela faleceu em 24 de abril de 1885, vítima de pneumonia, na cidade de Rouen, na França (DUARTE, 2016, p. 158).

Tais termos Iluministas estão presentes em toda a obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1833). Conceitos que incluem *natureza, espírito humano, razão, alma, virtude, bom senso e progresso humano* refletem a postura Iluminista da autora.

De início, a natureza pode ser entendida como algo inato, assim como o espírito humano e a alma. Contudo, o espírito humano pode ser mudado, enquanto a alma não pode ser mudada pelas questões físicas do mundo. A razão é o que liberta os indivíduos e, em outras palavras, é o esclarecimento para que seja alcançada a virtude e o bom senso. Ao alcançar a virtude, o bom senso e a razão, o ser humano poderia progredir. Por meio desses conceitos de bases Iluministas o livro foi, nas palavras de sua autora, uma tradução livre de Mary Wollstonecraft<sup>7</sup>, o que, não se pode considerar verídico por duas razões principais. A primeira é que, conforme esclarece Pallares-Burke (1996), após analisar linha a linha do livro de Nísia, a obra em verdade é uma tradução de um livreto

---

<sup>6</sup> Escolheu-se a edição de 1833 devido à ausência da edição de 1832. Mesmo que a tenhamos procurado, não conseguimos localizá-la.

<sup>7</sup> Foi uma intelectual libertária inglesa que abraçou as causas das mulheres em seu contexto. É reconhecida por sua defesa ao abolicionismo inglês e por ser uma das precursoras dos Direitos das Mulheres. Sua obra mais conhecida é “Reivindicação dos Direitos da Mulher” publicada em 1792 (ESTACHESKI; MEDEIROS, 2017, p. 375).

intitulado *Woman not inferior to man* (1739) sob a autoria que utilizava o pseudônimo de Sophia, a *Person of Quality*, *Wortley Montagu* (1689-1762). Os motivos que levaram Nísia a colocar seu texto como uma tradução de *Mary Wollstonecraft* ainda são um mistério.

Em segundo lugar, uma tradução não implica que esse texto traduzido não demonstre elementos que refletem o autor e sua inserção social, política e cultural. Por isso, o livro não era apenas uma tradução de outra obra, seja ela de Sophia ou Mary, mas um livro que expunha elementos primordiais para analisar as mulheres que Nísia retrata no Brasil Imperial. Ela desenvolveu sua própria obra, assimilando as ideias de outra autora e nos devolveu um outro produto muito pessoal em cada palavra escrita por ela, principalmente quando consideramos que o seu discurso está inserido na sua historicidade (ORLANDI, 2001, p. 25).

### **Os discursos e os retratos de Nísia Floresta: as mulheres no Brasil oitocentista**

Pêcheux (1983) conceitua o discurso como a materialização da linguagem na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Entende o discurso como um lugar particular onde esta relação acontece e pela análise do funcionamento discursivo. Há uma relação entre o simbólico e o político, ou ainda, a textualização do político. O discurso é definido como sendo o efeito de sentidos entre os locutores, um objeto sócio-histórico.

Orlandi (2001) que compactua com a linha de Pêcheux (1983), destaca que o discurso não é transparente, não se trata de transmissão de informações apenas. “[...] No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição [...]” (ORLANDI, 2001, p. 23).

É por meio desses discursos que a historicidade se apresenta na obra de Nísia. Por isso, toda a análise que permeia o livro aqui estudado como fonte histórica, está pautada nessas concepções propostas por Orlandi (2001). Nesse sentido, aplicando a Análise do Discurso, empregou-se num primeiro momento a marcação de palavras que mais apareciam no livro de Nísia. Em seguida, buscou-se realizar um levantamento em fichas dessas palavras para buscarmos aplicar o que Nísia propunha dizer em seus discursos, partindo da ideia de que “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo como objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui” (ORLANDI, 2001, p. 70).

Para compreender essa historicidade incluída no discurso de Floresta, um primeiro questionamento que fizemos foi “para quem ela escreveu? Quem ela buscava

captar com o seu discurso? Pois o ato de escrever um texto reivindicatório significava a necessidade de alcançar certos grupos; mesmo que não haja possibilidade de sabermos com exatidão esses grupos.

No entanto, pode-se entender que havia, possivelmente, dois públicos principais que Nísia buscava captar com sua mensagem. Em primeiro lugar, as Patrícias<sup>8</sup>. Em segundo, os homens, exclusivamente os homens letrados e intelectuais do contexto.

As “Patrícias”, (exposto nas primeiras páginas da obra) incluía um grupo restrito de mulheres que podem ser pensadas e entendidas como as “mulheres letradas”, que muitas vezes, sabiam ler, escrever, bordar, tocar piano e servir aos dogmas da Igreja Católica. Essas mulheres, na maioria dos casos, detinham elevados recursos aquisitivos e certo grau de conhecimentos “educacionais”. É provável que Nísia objetivava levar seus questionamentos a essas mulheres para que elas também refletissem sobre seus lugares naquela sociedade do Brasil Imperial.

Contudo, ela não se voltou apenas ao público das mulheres *Patrícias*. No decorrer da obra notamos que o livro também foca nos homens, chamados por ela de *homens virtuosos*, aqueles que reconheceriam que as mulheres poderiam desempenhar outras funções além de seus talentos tidos como *naturais*. Tal exposição significa que, apesar da intensa crítica ao grupo masculino, Nísia tinha esperança nesse público. Eles iriam transmitir essas ideias com os outros homens para então haver mudanças de pensamento. Cabe destacar que a autora não é inimiga dos homens e nem propõe algo que verdadeiramente abale as estruturas fixas das relações entre os homens e mulheres, algo que é afirmado na conclusão de seu livro.

Apesar de não buscar abalar as estruturas, Nísia reconhece que há diferenças profundas entre ambos os sexos. De um lado, os homens e seus poderes atribuídos e, de outro, as mulheres e a visão do sexo frágil. Isso é colocado como consequência do prejuízo e do costume, termos recorrentes para se referir a algo próximo de preconceito (quando se trata do primeiro citado) e algo próximo de cultura (DUARTE, 2016, p. 31), em relação ao segundo citado.

A mulher convivia com essas dificuldades e enfrentamentos, ao ser afetada pela natureza masculina que não possui bom senso e que deseja preservar a superioridade orgulhosa que possui *naturalmente*. Assim, pode-se compreender que a natureza masculina é *ruim* e o *prejuízo* e o *costume* afetam o *espírito humano*, levando os homens a se considerarem superiores às mulheres. Vejamos:

---

<sup>8</sup> Segundo Duarte (2016), o termo se aplicava às mulheres letradas no Império Brasileiro. A própria Nísia Floresta em sua dedicatória escreve: “De vossa Patrícia sincera”, remetendo à mulher letrada e/ou instruída.

Se um autor célebre não tivesse proferido que nada existe na Natureza tão admirável como ver os homens capazes de espanto, poderia alguém, ao menos o que não fosse inteiramente falto de bom senso, deixar de admirar o poder que o prejuízo e o costume têm sobre o espírito humano? Era de esperar naturalmente que esses entes, feitos para dominar como modestamente se qualificam, fossem ciosos de sua superioridade e muito empenhados em a conservar [...] (FLORESTA, 1833, p. 115).

Ao considerar essa superioridade e natureza masculina, é necessário evidenciar que houve a construção social de um homem masculino ideal, já na sociedade do século XVIII, o qual incluía a dominação e a superioridade. Esses elementos não apenas foram reforçados, mas também deveriam ser conservados, pois,

[...] Com o avanço das estradas e a maior circulação de pessoas e mercadorias, notamos que a masculinidade passa a teatralização em lugares públicos, criando a necessidade do macho feito exibir outras performances. Na sociedade patriarcal, a obediência era um ponto fundamental, um homem devia ser obedecido por seus subordinados, uma autoridade inquestionável, forjada, na maioria das vezes, através da violência [...] (FURQUIM, 2016, p. 199).

Tal construção social de um homem reforçava e aprofundava o que a autora denominava de prejuízo e costume. Além deles, o espírito humano e a natureza também se enquadravam quanto às diferenciações entre os homens e as mulheres. Esses termos, que foram difundidos nos séculos XVIII e XIX pelos ideais Iluministas<sup>9</sup>, e que eclodiram no Império brasileiro quando se tratava das reivindicações ligadas à política, também foram importantes nas reivindicações de outros segmentos da sociedade, como as mulheres. Eles representavam a racionalidade superior do ser humano que estava intrínseca nos indivíduos, pautando-se no objetivo de alcançar o progresso humano (HÖRNER, 2013, p. 81).

A palavra *progresso*, que aparece várias vezes no discurso de Nísia, denota a ideologia apresentada em seu discurso. Não se trata de uma ideologia com base sociológica, mas um trabalho da memória (ORLANDI, 2001, p. 32) no qual podemos estabelecer sua relação com as mudanças no pensamento da população oitocentista em relação às mulheres; isso porque as pessoas virtuosas, para a autora, eram as que se caminhavam rumo ao progresso e à civilidade, conceitos emprestados das ideias

---

<sup>9</sup> Iluminismo é uma palavra que vem do alemão *Aufklärung* e significa Esclarecimento, usado para designar que os homens seriam autônomos. Isso só seria possível se cada indivíduo pensasse por si próprio utilizando da razão (SILVA; SILVA, 2005, p. 210). Devido à multiplicidade de pensamentos entre os Iluministas, podemos considerar que aqueles que serviram de base para os ideais de Nísia foram os que pregavam a importância do progresso (contrários a Rousseau), das liberdades individuais (contrário a Voltaire) e da natureza humana.

positivistas de Auguste Comte (1798-1857). Ela buscou transmitir esses ideais após sua estadia na França, que passava por transformações profundas, levada por um sentimento e entusiasmo pelo novo, após a Revolução Francesa (1789) (MATTOS, 2009, p. 98).

Retomando ao caso das mulheres no Brasil, a situação não parecia tão otimista. Floresta nos apresenta o que ela denominava de *mulher serva*, aquela que se submetia absolutamente aos homens. Nos é demonstrado que as mulheres possuíam suas funções específicas, assim como os homens de seu contexto. Tais funções ligavam-se à servidão que elas tinham que se submeter. Assim, o seu discurso volta a enfatizar o termo “servidão”, buscando uma unidade de construção e disciplina dentro do texto, para construir uma separação entre sujeito e autor (ORLANDI, 2001, p. 33).

A servidão estava de acordo com os papéis estritamente definidos entre homens e mulheres no período imperial brasileiro. Baseavam-se, principalmente, nos afazeres domésticos em que as mulheres deveriam exercer e às atividades relacionadas ao lar como “cuidar dos membros da família, cozinhar, lavar roupas etc.” (CUNHA, 2013, p. 3). Muitas das mulheres deveriam seguir os ideais católicos de suas famílias que eram reforçados pelo pensamento católico em voga no período e acentuavam a divisão entre o trabalho externo e a vida no lar.

Aos homens era designado o papel de responsabilidade financeira da família, aos cargos do Império e a vida pública, havendo uma separação entre o espaço público e o privado que era reforçado pela sociedade. Já a mulher, que não possuía juízo, deveria permanecer afastada da vida social, restringindo-se ao seu espaço destinado, o lar. Assim, podemos ler que:

[...] É o temor de nos tornar vaidosas, que os obriga a sustentar que não temos solidez, nem constância, e que estamos bem, longe de ter a profundidade de juízo que eles modestamente atribuem a si. Donde concluem com tanta sabedoria, que tem sido necessário a Providência Divina e seu senso superior concorram igualmente para nos apartar das ciências, dos governos e cargos públicos. É por uma indagação exata e sem prejuízo que se pode ver se este argumento tem solidez [...] (FLORESTA, 1833, p. 132).

Os papéis estabelecidos que foram observados por Nísia não apenas são incluídos como uma diferenciação e servidão, como também são reforçados por ela como sinônimo de escravidão, porque “os limites impostos pela política Imperial consistiam na preparação para o casamento, devendo este constituir a maior aspiração das mulheres” (OLIVEIRA, 2012, p. 13). Era uma construção social advinda, em grande medida, pelos

portugueses e que pautavam praticamente toda a vida das mulheres no período. Podemos ler que:

[...] Certamente os Céus criou as mulheres para um melhor fim, que para trabalhar em vão toda sua vida. Talvez me objetará que não é trabalhar inutilmente, uma vez que com isto não fazem mais que preencher seu tempo; que não tendo sido criadas senão para escravas dos homens, a nossa única obrigação é lhes ser submissas e lhes aprazer; que quando desprezamos qualquer coisa, não somos nisso responsáveis [...] (FLORESTA, 1833, p. 128).

Tais atribuições específicas de cada um dos sexos eram reforçadas pela premissa das diferenças, as quais passaram a ser questionadas. Por isso, pode-se perceber que há uma busca em explicar o porquê dessas diferenças.

De acordo com seu discurso, que representa uma construção social da realidade (ORLANDI, 2001, p. 42), Nísia retrata que a mulher não é diferente em sua alma, mas é diferente por outros motivos: a educação, a perpetuação do prejuízo e as próprias circunstâncias cotidianas que se repetem. Correspondiam, com isso, ao aprisionamento da mulher em razão dessas circunstâncias. Novamente, para construir essa realidade social em seu discurso (PÊCHEUX, 1983, p. 24), termos iluministas são evidenciados para tentar desvendar as diferenças, os motivos delas e os questionamentos acerca delas. Como se lê,

Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida [...] (FLORESTA, 1833, p. 132).

Como já afirmado, as diferenças foram construídas já em meados do Brasil Colonial, quando os portugueses trouxeram consigo a construção familiar em que o chefe é o homem, porque ele é o superior e o perfeito para gerir essa família, enquanto a mulher e as crianças obedeciam à autoridade desse chefe (KONKEL; CARDOSO; HOFF, 2005, p. 12). Era um uso de poder pelos homens que evidenciavam que a mulher era um *complemento* deles. Isso reforçou a divisão técnica do trabalho material decorrido das forças produtivas, da manufatura e da modernização da produção, levando à intensificação da divisão das tarefas na primeira metade do século XIX. O pensamento de *mulher como complemento dos homens* brotou no solo da Modernidade. Até o século XVIII, havia uma outra maneira de conceber os homens e as mulheres, pautando-se no modelo de sexo único. Nessa concepção, o homem era perfeito por possuir o calor vital,

enquanto a mulher fazia parte do masculino, mas de modo inferior e imperfeito por possuir menos desse calor.

Com o advento da Revolução Francesa e Iluminismo, o homem passou a ser compreendido como racional e dotado de luz natural, a ele foi concebida a capacidade natural de aprender; já a mulher não foi considerada racional, que pensava, indagava e refletia, construindo-se a diferenciação entre os dois sexos (COSTA, 2007, p. 35). Ou seja, lemos novamente:

[...] Dizem eles, a maior parte de nosso sexo tem bons intervalos, não há dúvida, mas são de pouca duração, são relâmpagos passageiros de razão, que desvanecem-se rapidamente; somos semelhantes à Lua, que obstante por si mesma, não brilha senão por uma luz emprestada; não temos mais que um falso resplendor mais próprio a surpreender a admiração do que a merecê-la; nós somos inimigas da reflexão; a maior parte de nós pensa senão por acaso, ou por arrebatamento, e não falta senão por uma rotina. Eis as graves acusações intentadas contra a maior parte das mulheres. (FLORESTA, 1833, p. 131)

Importante atentar-nos à comparação utilizada por Nísia neste trecho, entre as mulheres e a Lua. Podemos entender que nesse discurso em específico, ela buscou construir um objeto simbólico em um objeto discursivo para produzir sentidos (ORLANDI, 2001, p. 28) dentro da Análise do discurso, para evidenciar as diferenciações entre os sexos.

Entretanto, mesmo que o pensamento de diferenciação entre os sexos fosse predominante no Brasil Imperial, a urbanização, ainda que modesta no início do século XIX (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 211), levou algumas mulheres brancas e letradas a questionarem suas devidas posições na sociedade. Começaram a questionar essas diferenças que haviam se constituído no Brasil, como a própria Nísia. As diferenças passaram a não ser entendidas e, por consequência, passaram a ser questionadas por essas mulheres.

Nota-se, portanto, no decorrer do discurso, que há referência às outras mulheres que perceberiam os tratamentos injustos que acabavam cegando-as. Essas mulheres que enxergariam os tratamentos injustos são denominadas por Nísia como *mulheres de bom senso*. Isso correspondia ao desenvolvimento da razão, outro elemento iluminista que significava se esclarecer a respeito de um assunto para progredir. (SILVA & SILVA, 2009, p. 211). A argumentação presente indicava que o progresso salvaria as mulheres após seus questionamentos na sociedade:

Os homens não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos,

por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado. Se não é suficiente ter algumas atenções para com esses entes orgulhosos, é muito pouco ter com eles mais condescendência do que temos pelas crianças; conservando-se uma certa decência, é preciso servi-los absolutamente [...] (FLORESTA, 1833, p. 127).

Contudo, não é de apenas servidão, restrição e diferenças que Nísia retrata as mulheres em seu livro. Ela também retrata as mulheres ativas que poderiam questionar as situações, mesmo que não viesse a acontecer naquele momento histórico.

Ainda, no decorrer do seu discurso, vemos que a autora buscou utilizar a religião para evidenciar que as mulheres não eram inferiores aos homens, mas virtuosas de Deus. O elo entre os seus questionamentos e a religião cristã se deve, em grande medida, pela força que a instituição representava no Brasil, “conforme a Constituição de 1824, era a Católica Apostólica Romana, a religião oficial, demonstrando a ausência do Estado Laico nesse contexto” (CARVALHO, 2002, p. 27).

Apesar do pensamento Iluminista permear a obra, e ser utilizado como forma de argumentar as capacidades das mulheres, a religião é utilizada para reforçar os retratos das mulheres virtuosas. Ela utilizou dos elementos pregados pela religião cristã no contexto e os aplicou, a fim de demonstrar que as mulheres não eram inferiores por serem mais religiosas que os homens. Ao contrário, isso as tornavam mais virtuosas:

[...] É permitido raciocinar sobre os preceitos divinos, nós poderíamos dar uma razão que seria em honra e não em desvantagem do nosso sexo. Deus sabe incontestavelmente a inclinação geral que os homens têm à impiedade e à irreligião, por conseguinte não devia reservar as funções religiosas a esse sexo para atrair ao menos uma parte dele aos deveres, para que tem uma oposição tão geral? Além disso, nosso sexo tendo uma inclinação natural a praticar a virtude a religião, não era necessário ajuntar mais recursos exteriores à sua graça divina, para nos atrair a um caminho, para o qual nossos corações nos conduzem [...] (FLORESTA, 1833, p. 151).

No entanto, a religião é paradoxal quando se trata da História das Mulheres. Se por um lado a religião impunha poder sobre as mulheres, restringindo-as em vários segmentos, por outro, significava o poder das mulheres. E tratando-se do “poder sobre as mulheres, as grandes religiões monoteístas<sup>10</sup> fizeram da diferença entre os sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos” (PERROT, 2006, p. 83). Ou seja, a hierarquia do masculino e do feminino é concedida pela ordem de uma Natureza criada por Deus, algo “natural”.

---

<sup>10</sup> Refere-se às religiões com doutrina pautada em um único Deus.

Por outro lado, as mulheres fizeram da religião a base do seu contrapoder e de sociabilidade. “Os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares ainda de apropriação do saber e até mesmo de criação” (PERROT, 2006, p. 84).

Portanto, Nísia soube utilizar uma perspectiva desfavorável às mulheres e aplicá-la ao favorecimento de seu discurso, por meio de sua ideologia, isso significa que “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras do sujeito. [...] a língua é o lugar de trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 38). Não é apenas uma transmissão, mas também é a construção de sujeitos afetados pela língua e pela História.

Ainda seguindo esse retrato das mulheres na sociedade imperial brasileira, Nísia apresenta um outro retrato que desconstrói o único e exclusivo ideal de servidão e diferenciação: as mulheres como cientistas e educadoras, alterando o texto que passa a adquirir novos sentidos. O texto passa a focar mais o verbo futuro, denotando ativamente sua ideologia, característico de textos com cunho político (ORLANDI, 2001, p. 43). Nísia elucidou que, mesmo que diferenças simples sejam inerentes entre os homens e as mulheres, elas poderiam avançar em vários segmentos que se destinavam ao sexo masculino. Nas palavras dela:

Ora, não é preciso muito trabalho para provar que nossos órgãos são muito mais finos e delicados que os dos homens: nisto todo mundo convém; por consequência, se nós gozamos as mesmas facilidades e se nos permite, como a eles, entregar-nos ao estudo, não se pode duvidar que nós avançássemos pelo menos em igual passo, nas ciências e em todos os conhecimentos úteis [...] (FLORESTA, 1833, p. 133).

Percebe-se que há elevada crítica à sociedade do contexto ao tratar-se da educação, mesmo que a autora representasse uma mulher que tinha adquirido possíveis potenciais femininos na época, cuja defesa é feita pela autora.

Ao buscar no tempo futuro essa ampliação educacional às mulheres, entende-se que haviam elevadas dificuldades das mulheres nas ciências e nos conhecimentos úteis. Não era apenas nas Ciências que as mulheres poderiam demonstrar seus talentos; elas, ainda, poderiam (e deveriam) demonstrá-los na educação. Logo, o questionamento era: Por que as mulheres não ensinavam, ao menos, outras mulheres?

Precisamos lembrar que a educação das mulheres era estritamente restringida, pois ela significava o acesso à crítica e ao pensamento e, se as mulheres a alcançassem de forma tão elevada, o poderio dos homens seria comprometido. As mulheres da elite sabiam bordar, costurar, operar algumas contas básicas e recitar orações decoradas, além de saber tocar piano, mas nada que exigisse adentrar no mundo dos homens. “A

instrução era perigosa, pois poderia colocar em risco o esquema de controle sobre esposas e filhas. Era melhor que seu apetite intelectual deixasse a desejar; não deveriam dedicar-se à leitura, nem precisavam escrever” (PRIORE, 2016, p. 288). Ao criticar essa dificuldade, lemos:

Por estas dificuldades aumentam alguma sutileza ao seu entendimento, ou que a Natureza lhes tenha dado um gênio mais vivo e penetrante que aos homens, o certo é que muitas os têm excedido nesse gênero. Com efeito, por que não seremos tão capazes como eles, de aprender e ensinar ao menos o nosso sexo? (FLORESTA, 1833, p. 145).

Enquanto Nísia criticava a sociedade, ela se transformava e a própria autora representava essa transformação (mesmo que minimamente).

Desse modo, outras mulheres também começaram a questionar essa posição. Em meados de 1830, o preconceito com a educação feminina começava a diminuir de modo muito lento. As mulheres estavam se abrindo para a cultura europeia, buscando ler artigos como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e as novelas *femininas*. Essas, por sua vez, faziam grande sucesso entre as mulheres da Corte Imperial e se espalhavam para outras leitoras. Logo, Nísia evidenciou essa transformação na educação feminina quando fez a devida crítica. Uma mudança certamente tímida e modesta, mas que expandia o que era *ser mulher* naquele contexto. “Não demorou muito para as mulheres começarem a se erguer dessa posição. E nada poderia impedi-las de saber ler” (PRIORE, 2016, p. 289).

Nísia foi além ao evidenciar que as mulheres poderiam preencher cargos tanto na ciência, como na esfera pública do Estado, e encarou a restrição das mulheres dentro do espaço público e sua *adequação natural* ao espaço privado. Essa restrição se explicava em razão do desprendimento que não era associado às mulheres na época; considerava-se supostamente ausente no feminino e presente no masculino (ARAÚJO, 2011, p. 8).

Fica evidente que Nísia reforçava a autonomia feminina nesses campos, em meio à uma sociedade que temia o acesso da mulher a eles (PRIORE, 2016, p. 288). A ideia advinda com os portugueses de uma estrutura social que a mulher tinha seu próprio lugar (o privado), e que diferenciava os dois sexos, reforçava-se nesses setores sociais. Porém, a autora não queria apenas criticar toda a situação, queria ela também que as mulheres ocupassem verdadeiramente os outros espaços. Lemos o seguinte

Não poderemos tirar dos nossos espíritos e corações as obras de piedade, pregar, refutar as inovações, conduzir-nos mesmas e aos outros, destruir os escrúpulos mal fundados e decidir os casos de consciência tão bem como os mais hábeis casuístas que temos? E digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias e preenchê-los tanto como os homens [...] (FLORESTA, 1833, p. 151).

Percebemos que as outras mulheres retratadas por Nísia são aquelas que podem educar, podem ser cientistas e podem estar em espaços que eram destinados aos homens. Isso significa que mulheres já estavam adentrando nesses campos, mesmo que de modo indireto.

Ela mesma representava essa mulher letrada, educadora e/ou cientista: ou seja, uma verdadeira *Patrícia*. Ao utilizar de sua própria condição social, reforçou a importância e a necessidade de as mulheres também serem oportunizadas a ensinar. Em seu discurso, vai se destacando a “textualização do político entendido discursivamente: as simbolizações das relações de poder presentes no texto” (ORLANDI, 2001, p. 68).

Além disso, algumas mulheres já estavam se envolvendo nos assuntos políticos em meio ao turbilhão de eventos, num contexto imerso em agitações políticas, sociais e econômicas do período regencial. Schwarcz e Starling (2015, p. 202) afirmam que “a autonomia era forte, porém, nas Províncias: desfeita a unidade do Império luso-brasileiro como consequência da ruptura com Lisboa, o debate girava em torno de dois programas políticos decididamente antagônicos”, os quais incluíam o centralismo da corte por um lado, e por outro, o autogoverno provincial. Nísia escreveu a sua obra durante as Regências e a ampla insatisfação popular, emprestando elementos dessa autonomia e concepções a respeito da política em seus relatos, como a Liberdade e a autonomia.

Diante de todos esses elementos, pode-se ressaltar que as mulheres retratadas por Nísia não se restringiam somente àquela que estava enclausurada em casa, as *servas* da autoridade masculina. As mulheres retratadas por ela também englobavam as virtuosas de Deus que poderiam se tornar educadoras e cientistas, assim como ela própria. Isso, por conseguinte, pluraliza o nosso olhar sobre as mulheres da sociedade imperial brasileira que Nísia retrata. Não se constrói, com isso, uma história da mulher, mas a história das mulheres que possuem as suas especificidades nesse universo plural, evitando-se que caíamos nas generalizações acerca do tema (SOLHET, 1997, p. 416).

No entanto, ao partimos da análise do discurso como ferramenta metodológica, temos que considerar os possíveis retratos do mundo real no livro escrito de Nísia: não podemos conceber todo o texto como uma “verdade absoluta”. O discurso de Nísia traz consigo as construções do sujeito marcados na sua linguagem e, conseqüentemente, em seu discurso. Há uma historicidade em cada palavra escrita por ela, levando-nos a entender que, possivelmente, essas mulheres retratadas por Floresta existiram e, por esse modo, foram retratadas no seu livro. Há a construção do mundo real em seu discurso, trazendo os elementos históricos (PÊCHEUX, 1983, p. 26).

Ressalta-se que, mesmo que a autora evidenciasse a necessidade de a mulher adentrar em espaços públicos, ela conclui que “[...] de quanto tenho dito até o presente

momento não tem sido com a intenção de revoltar pessoa alguma de meu sexo contra os homens, nem de transformar a ordem das coisas [...]” (FLORESTA, 1833, p. 161). Essa consideração de Floresta nos leva a indagar até que ponto sua obra buscava emancipar a mulher.

De todo modo, Nísia foi uma das primeiras mulheres a iniciar uma reação feminina brasileira, mesmo que ela não objetivasse criar uma rebelião de mulheres, “[...] para não criar animosidades ao ambiente que vivia e sofrer críticas contundentes, suas palavras assim foram amenas o suficiente para poder expor suas ideias” (ITAQY, 2013, p. 41). Sua obra ainda é considerada um dos marcos do Protodefeminismo no Brasil, cuja crítica à condição social, política e educacional das mulheres na primeira metade do século XIX, é posta em destaque.

### Considerações finais

A História das Mulheres é um campo que está em constantes transformações e que precisa ser legitimado. Apesar do seu elo com a História do Feminismo, que data aproximadamente do final do século XIX e início do XX, pensamentos, obras e autoras já vinham desenvolvendo críticas às sociedades antes da *primeira onda feminista*, as profeministas. Nesse meio, Nísia desenvolveu sua obra envolta às turbulências do período Regencial Brasileiro.

Seu livro nos evidencia que as mulheres *Patrícias* não possuíam total liberdade para estudar, participar da vida pública e científica, *servindo* aos homens de sua família: ao pai até se casar, e depois ao seu esposo. Floresta buscou questionar as diferenças entre os homens e as mulheres, ao indagar o porquê dessas diferenças existirem. O prejuízo (preconceito) se perpetuava, o costume (cultura) o aprofundava e a servidão era, em sua maioria, o que predominava naquele contexto. A educação era uma outra área que as mulheres pouco adentravam e, quando isso acontecia, era diferente do que ocorria com os homens. Apesar das limitações, a sociedade se transformava e Nísia evidenciou as inúmeras diferenças entre o masculino e o feminino no Brasil oitocentista.

Por outro lado, Nísia utilizou uma forma de dominação no contexto e a religião para argumentar a favor das mulheres. Ao mesmo tempo, quando demonstrou que as mulheres poderiam adentrar em setores considerados *masculinos*, representou a tímida mudança da sociedade (PRIORE, 2016, p. 289). Isso é de suma importância porque nos faz escrever a História das Mulheres, buscando evitar as generalizações (Soihet, 1997, p. 402). A autora estudada neste artigo evidencia isso: as mulheres não foram vítimas, ou

ficaram simplesmente caladas; algumas puderam questionar, mesmo que representassem um pequeno grupo naquela sociedade.

Apesar de suas críticas, Nísia não pretendia reformular ou alterar a estrutura social; não objetivava uma revolução ou colocar os homens contra as mulheres. Ela possivelmente buscava menos que isso: a liberdade de poder estudar com as mesmas disciplinas que os homens, ser uma cientista e/ou de poder educar outras mulheres.

*Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* concede-nos esses possíveis retratos das mulheres no período oitocentista. Digamos alguns possíveis retratos porque, ao tratar-se de um texto inserido na análise do discurso, temos a construção do imaginário e do real (ORLANDI, 2001, p. 33). Isso entrelaça com as especificidades dos sujeitos analisados: as mulheres. Nísia não retratou todas as mulheres do Brasil oitocentista, mas as Patrícias que detinham elevada condição econômica e social no contexto; e mesmo que não retratadas por Nísia, possivelmente havia mulheres que desejavam deixar tudo como estava.

Podemos afirmar que os retratos das mulheres no Brasil incluíam mulheres que conviviam diariamente com o prejuízo (preconceito), o costume (cultura) e a autoridade dos homens, além da servidão. Isso, por sua vez, era aprofundado e reforçado pela ideia de diferenciação entre ambos os sexos, a mulher com o espaço privado, a família e o lar; e o homem com o espaço público, o gerenciamento das coisas e a autoridade sobre os membros de sua família.

Por outro lado, Nísia expôs os retratos de mulheres cientistas e educadoras, que educariam, ao menos, outras mulheres. Aqui, há um contraponto entre esses retratos das mulheres no Brasil Oitocentista expostos por Nísia, coincidindo com o estudo da História das Mulheres de Rago (1995), Soihet (1997) e Scott (1995): a importância de não falarmos em uma única História das Mulheres, mas das Histórias das Mulheres, levando em conta suas especificidades e entendendo-as como sujeitos históricos ativos e construtivos

Dessa maneira, o Brasil oitocentista era profundamente marcado por construções sociais trazidas com os portugueses e aplicadas já no Brasil Colonial. Essas mesmas estruturas, que hoje denominamos de *patriarcado*, foram criticadas ainda na primeira metade do século XIX por uma mulher. A fim de legitimarmos esse campo de pesquisa, a escolha se deu por esse tema, ao demonstrar que sim, houve críticas àquele sistema, mesmo que ele fosse repressivo e controlador para as mulheres. Mesmo no século XXI, é certo que elementos da sociedade de Nísia ainda possuem suas marcas em nosso cotidiano. Marcas profundas que claramente não se *originaram* de imediato, mas se construíram durante vários séculos de nossa História.

## Fonte

FLORESTA, Nísia. Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens. Porto Alegre: 1833. In: BEZERRA, Gleire B. A; SILVA, Elisiane da. (org.). *Nísia Floresta Brasileira Augusta - uma mulher a frente de seu tempo*. Rio Grande do Norte: Fundação Ulysses Guimarães, 2016, p. 109-164. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

## Referências

ALÓS, A. P; ANDRETA, B. L. Crítica literária feminista: revisitando as origens. *Revista Fragmentum*, Santa Maria, n. 49, Jan./ jun. 2017, p. 2-20. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/CR%C3%8DTICA-LITER%C3%81RIA-FEMINISTA%3A-REVISITANDO-AS-ORIGENS-AI%C3%B4s-Andreta/6084fd47e490ealadc50dff0fb310abb50bfffed>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ALVES, Cláudio E. R. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher? In: *XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 2017., Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 30 de jul. a 4 ago. 2017. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872\\_ARQUIVO\\_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf). Acesso em: 21 fev. 2020.

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político: desafios para a Democracia nas próximas década. In: BARSTED, Leila L. et. al: *o Progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: [http://onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wpcontent/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

BARROS, José D'Assunção. A escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jose\\_Barros33/publication/321016828\\_Escola\\_dos\\_Anales\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_Historia\\_do\\_Movimento\\_1/links/5a07ecffaca272ed279e6bdd/Escola-dos-Annales-consideracoes-sobre-a-Historia-do-Movimento-1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jose_Barros33/publication/321016828_Escola_dos_Anales_consideracoes_sobre_a_Historia_do_Movimento_1/links/5a07ecffaca272ed279e6bdd/Escola-dos-Annales-consideracoes-sobre-a-Historia-do-Movimento-1.pdf). Acesso em: 27 set. 2020.

BARROS, José D'Assunção. Os conceitos na História: considerações sobre o anacronismo. *Revista Ler História*, n. 17, 2017, p. 155-180. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2930>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Carlos. Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos. *Revista Comunicare – Dossiê Feminismo*, v. 14, n. 1, jan./jul. 2014, p. 13-23. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Revistas-femininas-do-s%C3%A9culo-XIX.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

COSTA, Patrícia. A. da. Diferentes concepções sobre a mulher do século XVIII aos dias atuais. In: COSTA, Patrícia. *A Janela das Andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural*. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CUNHA, Karolina D. As mulheres brasileiras no século XIX. In: *ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO E GÊNERO ANPUH*, 2013., Vitória. Anais...Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 19 e 20 nov. 2013, p. 35-51.

DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta: uma mulher à frente de seu tempo*. Rio Grande do Norte: Fundação Ulysses Guimarães, 2016.

ESTACHESKI, Dulceli de L. T; MEDEIROS, Talita G. A atualidade na obra de Mary Wollstonecraft. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan./abr. 2017, p. 375-378. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000100375](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100375). Acesso em: 27 set. 2020.

FURQUIM, Marcel. História dos Homens no Brasil: Resenha. *Revista Temporis [ação]*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul./dez. 2016. p. 196-207. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/3845>. Acesso em: 10 jul. 2020.

HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 213-240.

ITAQY, Antonio C. de O. *Nísia Floresta: ousadia de uma feminista no Brasil do século XIX*. 2013. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2013.

KONKEL, Eliane N; CARDOSO, Maria A; HOFF, Sandino. A condição social e educacional das mulheres no Brasil Colonial e Imperial. *Revista Roteiro Unoesc*, v. 30, n. 1, p. 35-60, jan./jun. 2005. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2753805>. Acesso em: maio 2020.

MARQUES, Melanie C; XAVIER, Kella R. L. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: *VI SEMINÁRIO CETROS*. Anais... Itaperi. Universidade Estadual do Ceará. 22 a 24 ago. 2018, p. 1-14. Disponível em:

[https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51237-16072018-192558.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf). Acesso em: 12 abr. 2020.

MATTOS, M. de F. da Silva C. G de. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. *Dobras*, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 96–103, 2009. Disponível em:

<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/291>. Acesso em: 11 ago. 2020.

OLIVEIRA, Ana C. M. de. A evolução da mulher no Brasil do período da colônia a República. In: *VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE*. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe. 20 a 22 set. 2012. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/29/103.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria L. G. *Nísia Floresta: o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, 212 p.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

PRIORE, Mary Del. Coisas de mulher. In: PRIORE, Mary Del. *Histórias da gente brasileira: Império*. São Paulo: Leya, 2016. p. 285- 299.

RAGO, Margareth. As mulheres na Historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia L. (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 12-24. Disponível em: [https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO\\_Margarethas\\_mulheres\\_na\\_historiografia\\_brasileira.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margarethas_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf). Acesso em: 09 abr. 2020.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. Regências ou o som do silêncio. In: SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 202-222.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995, p. 72-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SILVA, Kalina V; SILVA, Maciel H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, R. *Domínios da História: Ensaios sobre Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997. 5. ed.